



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, entidade de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sediado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Luciano Libório Baptista Orsi, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.512.930/0001-24, com sede a Rua Olavo Bilac, nº 435, neste ato representada por suas diretores, Sra. Irene de Andrade Ribeiro, portadora da carteira de identidade nº 1878653 expedida pela SSP/RJ e CPF/MF nº 002.100.797-70, doravante somente designado CONTRATADO..

OBJETO: Contratação de empresa jornalística para prestação de serviços de publicação em jornal de circulação diária no Vale dos Sinos, de notificações públicas com base no valor de centímetro/coluna em página indeterminada.

Item	Descrição	Quant. (cm/coluna)	R\$ unitário (cm/coluna)	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA NA REGIÃO DO VALE DOS SINOS.	304	7,34	2.231,36

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Dispensável em caráter emergencial, nos termos do art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 alterações subsequentes, e o conteúdo do expediente administrativo nº 2016/15534.

DOTAÇÃO/RUBRICA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias/Despesa: 302042/24046, 302046/24061 e 302046/24061.

PREÇO: O preço total ajustado pela execução dos serviços descritos na cláusula terceira é de **R\$ 2.231,36 (dois mil, duzentos e trinta e um reais com trinta e seis centavos)**, sendo o valor unitário centímetro/coluna conforme discriminado na tabela acima, e se constitui no preço líquido, já computados tributos, fretes, transporte, encargos sociais e trabalhistas, e taxas regulamentares.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da contraprestação devida dar-se-á, em até 30 (trinta) dias após a entrega na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal, na conformidade dos pagamentos do Município, mediante a apresentação, pela licitante contratada:

- a) da pertinente nota fiscal, visada pelo Serviço de Fiscalização do Município;
- b) dos comprovantes de pagamento de salários e adicionais, e de recolhimento das contribuições fundiárias relativas aos profissionais utilizados na prestação dos serviços;
- c) da guia necessária ao recolhimento do percentual de 11% (onze por cento) a ser retido a título de contribuição previdenciária, devidamente preenchida, se for o caso da retenção prevista no item GARANTIAS.

§ 1º - Tendo sido impostas penalidades ao CONTRATADO, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já seja objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido.

§ 2º - Não haverá antecipações por conta do pagamento devido.

§ 3º - O pagamento feito pelo CONTRATANTE não isenta o CONTRATADO de responsabilidades, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

§ 4º - À CONTRATADA é expressamente vedado negociar, efetuar a cobrança ou o desconto de títulos cambiais emitidos em decorrência deste ajuste, seja na rede bancária, seja com terceiros, posto que permitida somente a cobrança simples e direta, na Tesouraria do CONTRATANTE.

§ 5º - O pagamento poderá ser suspenso, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas, e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

- a) desatada qualquer determinação do Serviço de Fiscalização do Município;
- b) retardada injustificadamente o fornecimento;



Município de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- c) havendo infração à condição ou obrigação estabelecida no edital licitatório, no contrato e/ou seus aditivos, ou na proposta apresentada;
- d) sendo constatada informação equivocada ou inverídica constante do relatório para fins de retenção da contribuição previdenciária adicional para financiamento da aposentadoria especial dos empregados da CONTRATADA.

§ 6º Ocorrendo o previsto na alínea d do § 5º, a CONTRATADA terá descontado do próximo pagamento que lhe for devido, ou das garantias fornecidas do cumprimento do ajuste, o numerário necessário ao recolhimento das eventuais diferenças de retenção, devidas e não realizadas, para repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, incluindo multas, juros e correção monetária então incidentes.

§ 7º À CONTRATADA é expressamente vedado negociar, efetuar a cobrança ou o desconto de títulos cambiariformes acaso emitidos em decorrência deste ajuste, seja na rede bancária, seja com terceiros, posto que permitida somente a cobrança simples e direta, na Tesouraria do CONTRATANTE.

§ 8º O pagamento feito pelo CONTRATANTE não isenta o CONTRATADO de responsabilidades, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

PRAZO CONTRATUAL: O prazo de duração do contrato é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, observadas as limitações legais, a critério exclusivo do Município em havendo justificado motivo, mediante regular aditivo contratual.

EXECUÇÃO: O CONTRATADO, na entrega do objeto licitado, deverá observar:

- a) o CONTRATADO deverá enviar a matéria publicada, no dia da publicação, para a CONTRATANTE, através de um exemplar do jornal;
- b) o licitante contratado deverá publicar expressamente o material enviado pelo Município, de forma a reproduzir integralmente os textos remetidos, em tamanho especificado;
- c) a matéria destinada à publicação será remetida pelo CONTRATANTE através de correio eletrônico (e-mail) e/ou por escrito através de fax;
- d) o Jornal da licitante proponente deverá ter a periodicidade mínima de uma circulação semanal;
- e) executará os serviços atendendo, taxativa e rigorosamente, as determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da CONTRATANTE, no curso da prestação dos serviços, objetivando a adequada execução dos mesmos;
- f) obedecerá toda a solicitação e informação exarada pela CONTRATANTE;
- g) prestará os serviços empregando a melhor técnica aplicável ao caso, devendo fazer uso de profissionais qualificados, responsabilizando-se pela correta execução dos mesmos, e por tudo o que se fizer necessário para a perfeita realização do objeto, bem como observar todas as normas e cautelas legais e administrativas atinentes;
- h) substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
- i) prestará os serviços atendendo, taxativa e rigorosamente, as especificações estabelecidas, observando, em toda a respectiva extensão, as disposições legais e técnicas aplicáveis à espécie, executando os serviços de acordo com os prazos determinados, bem como atendendo as determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da CONTRATANTE, no curso da prestação dos serviços, objetivando a adequada execução dos mesmos;
- j) responderá, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- k) manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigida na licitação:
 - k.1) O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades ou quaisquer outros;
 - k.2) Mesmo os serviços subcontratados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, cabendo-lhe o direito de ação de regresso perante a empresa subcontratada para ressarcimento do dano causado;



Município de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- l) observará todos os termos da proposta apresentada por ocasião do processo licitatório, a qual passa a aplicar-se ao ajuste, em todos os respectivos termos.
- m) Que a recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, sujeitará a licitante vencedora à aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar pelo prazo de 12(doze) meses, sem prejuízo de sanções previstas neste edital.
- n) Obediência estrita aos termos do edital e do contrato firmado.

§ 1º - Poderão ser admitidos, pelo Pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

§ 2º - Não sendo emitida a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

RESPONSABILIDADES: O contratado responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados à terceiros, à integrantes da Administração Municipal, e à funcionários, estagiários, empregados e/ou prepostos seus, em razão de ação ou omissão sua na execução dos serviços, razão de garantir ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despendar, em sendo o mesmo, isolada ou solidariamente, responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios, e custas processuais.

§ 1º - Responsabilizar-se-á ainda o contratado, isolada e integralmente, por todos os encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários, civis e criminais, decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução dos serviços em tela, assim como pelo estrito respeito as normas de saúde, higiene e segurança aplicáveis aos caso, de tal sorte a nada ser carregado ao MUNICÍPIO, ao qual, por cautela, a contratada assegura direito regressivo.

§ 2º - O contratado responsabilizar-se-á ainda:

- a) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- c) arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- d) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

FISCALIZAÇÃO: O CONTRATANTE designará servidor seu, ou terceiro devidamente habilitado a tanto, para acompanhar a execução dos serviços e verificar a respectiva correção.

§ 1º - A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições contratuais, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução dos serviços.

§ 2º - A contratada deverá planejar a entrega do objeto juntamente com a Fiscalização da Municipalidade, devendo acatar todas e quaisquer determinações da mesma.

§ 3º - Ao MUNICÍPIO resta assegurada a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo no que for necessário à fiscalização dos serviços da contratada.

§ 4º - Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

PENALIDADES: À CONTRATADA, pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo de eventuais indenizações devidas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 87 da Lei de Licitações, isolada ou cumulativamente, sendo que para tais fins é desde logo definido que se constituindo a punição em multa por infração contratual, corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, e a 10% (dez por cento) do valor total do mesmo, em caso de rescisão justificada do ajuste pelo CONTRATANTE, ou imotivada do ajuste pela CONTRATADA.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

Parágrafo 1º: Na imposição de penalidades, observar-se-á a gravidade da infração, assegurado à CONTRATADA, em qualquer caso, direito de recurso, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo 2º: A imposição de penalidade não impede a concomitante rescisão contratual.

RESCISÃO: Constituem motivos para a rescisão contratual aqueles aplicáveis ao caso, previstos nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, decorrendo as consequências referidas no art. 80 do mesmo diploma, sem prejuízo de eventuais sanções acaso impostas pelo CONTRATANTE.

GARANTIAS: Não são exigidas garantias para o cumprimento do presente ajuste.

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO: A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência deste ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram a sua contratação.

CESSÃO: Este contrato e/ou quaisquer direitos dele decorrentes não pode ser cedido e/ou transferido pela CONTRATADA a terceiros, total ou parcialmente, sem a expressa e escrita autorização do CONTRATANTE.

ACRESCIMOS OU SUPRESSÕES: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, por idênticos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do que foi inicialmente pactuado, mediante regular aditamento contratual.

FORO: É eleito o Foro da Comarca de Campo Bom - RS, para dirimir qualquer controvérsia decorrente do presente pacto.

SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS: Situações não-previstas expressamente neste instrumento, se incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subsequentes, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

E, assim, por estarem justos e contratados, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, ante testemunhas, responsabilizando-se por todos os seus termos, por si e sucessores, para que surtam os efeitos jurídicos necessários.

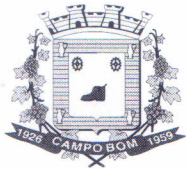
MUNICÍPIO DE CAMPO BOM SERVIÇOS
Luciano Libório Baptista Orsi,
Prefeito Municipal.

Campo Bom, 05 de janeiro de 2017.

EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA
Contratada.

Testemunhas:

Responsável Técnico Pelo Instrumento: Pedro Santos de Azevedo - OAB/RS 88.934



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TERMO ADITIVO Nº 003 ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado na Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal, Senhor Marcos Alfredo Riegel.

CONTRATADO: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.512.930/0001-24, com sede a Rua Olavo Bilac, nº 435, neste ato representada por suas diretora, Sra. Irene de Andrade Ribeiro, portadora da carteira de identidade nº 1878653 expedida pela SSP/RJ e CPF/MF nº 002.100.797-70.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em decorrência do processo licitatório nº 062/13, sob a modalidade de Pregão Presencial, firmaram em 31/07/2013, a contratação de empresa jornalística com grande circulação diária no estado (de segunda à sexta-feira), para prestação de serviços de publicações relativas a processos licitatórios do município, com base no valor de centímetro/coluna em página indeterminada, pelo valor global de R\$ 26.145,00 (vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais), sendo R\$ 6,30 (Seis reais e trinta centavos) por centímetro/coluna, com prazo contratual de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento da autorização para início dos serviços, concedida em 01/08/2013, resolvem novamente aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando a existência de saldo e a necessidade na manutenção da prestação dos serviços objeto deste ajuste, consoante solicitação e justificativa da Secretaria de Administração, representada por sua Secretária Sra. Márcia Elisa Alves, que a este instrumento integra-se, como se nele transcrito estivesse, resolvem as partes, com amparo no disposto no art. 65 Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogar o prazo contratual até 31 de dezembro de 2015, a partir de 01 de julho de 2015, ou ao atingir o limite do objeto prestado pela CONTRATADA.

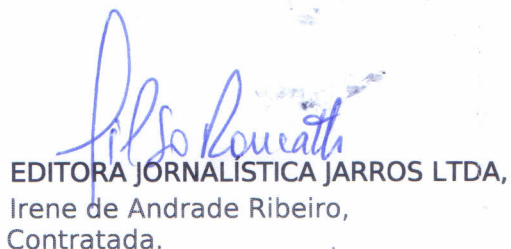
CLAUSULA SEGUNDA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, mediante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 01 de julho de 2015.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Marcos Alfredo Riegel,
Vice-Prefeito no exercício
do cargo de Prefeito Municipal.

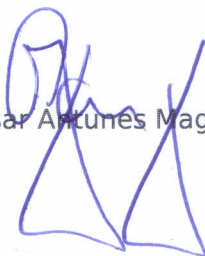


EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA,
Irene de Andrade Ribeiro,
Contratada.

Testemunhas:



Responsável Técnico Pelo Instrumento: Paulo Cesar Antunes Magalhães - OAB/RS 56.421





Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TERMO ADITIVO Nº 001 ao CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 02/2017, firmado entre o **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM** e **EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA**.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sediado à Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Luciano Libório Baptista Orsi.

CONTRATADA: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.512.930/0001-24, com sede a Rua Olavo Bilac, nº 435, neste ato representada por suas diretora, Sra. Irene de Andrade Ribeiro, portadora da carteira de identidade nº 1878653 expedida pela SSP/RJ e CPF/MF nº 002.100.797-70, doravante somente designado CONTRATADO.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que mediante dispensável de procedimento licitatório, com base no artigo 24, IV da lei federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes ajustaram em 05/01/2017, resolvem agora aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando a necessidade de manutenção no fornecimento do objeto em questão, bem como a existência de saldo do mesmo, consoante solicitação e justificativa Secretaria de Administração, representada por seu Secretário Sr. Pedro Paulo Gomes, que a este instrumento integra como se nele transcrito estivesse, resolvem as partes, com fundamento no disposto no artigo 65, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, prorrogar o prazo contratual até 15 de março de 2017, a partir de 06 de março de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, mediante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 06 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Luciano Libório Baptista Orsi,
Prefeito Municipal.

EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA
Contratada.

Testemunhas:

Responsável Técnico Pelo Instrumento: Pedro Santos de Azevedo - OAB/RS 88.934



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TERMO ADITIVO Nº 004 ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado à Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Faisal Mothci Karam.

CONTRATADO: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.512.930/0001-24, com sede a Rua Olavo Bilac, nº 435, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre-RS, neste ato representada por sua diretora, Sra. Irene de Andrade Ribeiro, portadora da carteira de identidade nº 1878653 expedida pela SSP/RJ e CPF/MF nº 002.100.797-70.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em decorrência do processo licitatório nº 062/13, sob a modalidade de Pregão Presencial, firmaram em 31/07/2013, a contratação de empresa jornalística com grande circulação diária no estado (de segunda à sexta-feira), para prestação de serviços de publicações relativas a processos licitatórios do município, com base no valor de centímetro/coluna em página indeterminada, pelo valor global de R\$ 26.145,00 (vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais), sendo R\$ 6,30 (Seis reais e trinta centavos) por centímetro/coluna, com prazo contratual de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento da autorização para início dos serviços, concedida em 01/08/2013, resolvem novamente aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando a existência de saldo e a necessidade na manutenção da prestação dos serviços objeto deste ajuste, consoante solicitação e justificativa da Secretaria de Administração, representada por sua Secretária substituta Sra. Nádia Gerusa Wust Ramos, que a este instrumento integra-se, como se nele transcrito estivesse, resolvem as partes, com amparo no disposto no art. 57 Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2016.

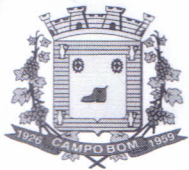
CLÁUSULA SEGUNDA: A contraprestação dos serviços contratados atual no valor de R\$ 6,65 (Seis reais com sessenta e cinco centavos) por centímetro/coluna, será reajustada para o valor de R\$ 7,34 (Sete reais com trinta e quatro centavos) por centímetro/coluna, presente à variação do INPC/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ocorrida nos últimos 12 meses, consoante cálculos inclusos, que passam a ser parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATADA aceita tal alteração, recebendo a contrapartida decorrente da prorrogação do prazo o valor total de R\$ 30.461,00 (Trinta mil quatrocentos e sessenta e um reais), sendo o valor de R\$ 7,34 (Sete reais com trinta e quatro centavos) por centímetro/coluna

CLÁUSULA QUARTA: As despesas deste ajuste passarão a correr à conta das seguintes dotações orçamentárias: 302170/24138, 302023/24085 e 302046/24061.

Parágrafo 1º: As despesas decorrentes deste procedimento, a se vencerem no exercício de 2016, constarão da pertinente Lei de Orçamento.

CLAUSULA QUINTA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, mediante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 30 de dezembro de 2015.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
Faisal Mothci Karam,
Prefeito Municipal.



EDITORIA JORNALÍSTICA JARROS LTDA,
Irene de Andrade Ribeiro,
Contratada.

Testemunhas:



Responsável Técnico Pelo Instrumento: Paulo Cesar Antunes Magalhães - OAB/RS 56.421





Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TERMO ADITIVO Nº 002 ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado à Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Faisal Mothci Karam.

CONTRATADO: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.512.930/0001-24, com sede a Rua Olavo Bilac, nº 435, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre-RS, neste ato representada por suas diretora, Sra. Irene de Andrade Ribeiro, portadora da carteira de identidade nº 1878653 expedida pela SSP/RJ e CPF/MF nº 002.100.797-70.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em decorrência do processo licitatório nº 062/13, sob a modalidade de Pregão Presencial, firmaram em 31/07/2013, a contratação de empresa jornalística com grande circulação diária no estado (de segunda à sexta-feira), para prestação de serviços de publicações relativas a processos licitatórios do município, com base no valor de centímetro/coluna em página indeterminada, pelo valor global de R\$ 26.145,00 (vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais), sendo R\$ 6,30 (Seis reais e trinta centavos) por centímetro/coluna, com prazo contratual de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento da autorização para início dos serviços, concedida em 01/08/2013, resolvem novamente aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando a existência de saldo e a necessidade na manutenção da prestação dos serviços objeto deste ajuste, consoante solicitação e justificativa da Secretaria de Administração, representada por sua Secretária Sra. Márcia Elisa Alves, que a este instrumento integra-se, como se nele transcrito estivesse, resolvem as partes, com amparo no disposto no art. 65 Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogar o prazo contratual por 06 (seis) meses, a partir de 01 de janeiro de 2015, ou ao atingir o limite do objeto prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: A contraprestação dos serviços contratados atual no valor de R\$ 6,30 (Seis reais com trinta centavos) por centímetro/coluna, será reajustada para o valor de R\$ 6,65 (Seis reais com sessenta e cinco centavos) por centímetro/coluna, presente à variação do INPC/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ocorrida nos últimos 12 meses, consoante cálculos inclusos, que passam a ser parte integrante deste instrumento.

CLAUSULA TERCEIRA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, mediante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 31 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Faisal Mothci Karam,
Prefeito Municipal.

EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA,

Irene de Andrade Ribeiro,
Contratada.

Testemunhas:

Responsável Técnico Pelo Instrumento: Paulo Cesar Antunes Magalhães - OAB/RS 56.421



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

TERMO ADITIVO Nº 001 ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO BOM e EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, ente de direito público interno, sediado à Avenida Independência, nº 800, inscrito no CNPJ sob o nº 90.832.619/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Faisal Mothci Karam.

CONTRATADO: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.512.930/0001-24, com sede a Rua Olavo Bilac, nº 435, neste ato representada por suas diretora, Sra. Irene de Andrade Ribeiro, portadora da carteira de identidade nº 1878653 expedida pela SSP/RJ e CPF/MF nº 002.100.797-70.

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que em decorrência do processo licitatório nº 062/13, sob a modalidade de Pregão Presencial, firmaram em 31/07/2013, a contratação de empresa jornalística com grande circulação diária no estado (de segunda à sexta-feira), para prestação de serviços de publicações relativas a processos licitatórios do município, com base no valor de centímetro/coluna em página indeterminada, pelo valor global de R\$ 26.145,00 (vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais), sendo R\$ 6,30 (Seis reais e trinta centavos) por centímetro/coluna, com prazo contratual de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento da autorização para início dos serviços, concedida em 01/08/2013, resolvem agora aditá-lo nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando a existência de saldo e a necessidade na manutenção da prestação dos serviços objeto deste ajuste, consoante solicitação e justificativa da Secretaria de Administração, representada por sua Secretária Sra. Márcia Elisa Alves, que a este instrumento integra-se, como se nele transcrito estivesse, resolvem as partes, com amparo no disposto no art. 65 Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogar o prazo contratual até 31 de dezembro de 2014, a partir de 01 de agosto de 2014, ou ao atingir o limite do objeto prestado pela CONTRATADA.

CLAUSULA SEGUNDA: São mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais que não foram aqui expressamente alteradas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, mediante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 01 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Faisal Mothci Karam,
Prefeito Municipal.

EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA,

Irene de Andrade Ribeiro,
Contratada.

Testemunhas:

Responsável Técnico Pelo Instrumento: Paulo Cesar Antunes Magalhães - OAB/RS 56.421



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124 / 13

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FIRMAM
O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM E EDITORA JORNALÍSTICA
JARROS LTDA.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, entidade de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sediado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Faisal Mothci Karam, doravante designado simplesmente CONTRATANTE;

CONTRATADO: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.512.930/0001-24, com sede a Rua Olavo Bilac, nº 435, neste ato representada por sua diretora, Sra. Irene de Andrade Ribeiro, portadora da carteira de identidade nº 1878653 expedida pela SSP/RJ e CPF/MF nº 002.100.797-70, doravante somente designado CONTRATADO.

Pelo presente, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de prestação de serviços, em observância ao Pregão Presencial n.º 062/13, homologado em **25/07/2013**, com fulcro na Lei n.º 10.520/02, de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Municipal n.º 4.096/2005, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições seguir declinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 062/13

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO/RUBRICA: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.01.04.122.006.2026.0001.333903990	Dotação: 302026/800261
08.01.10.301.107.2114.0040.333903990	Dotação: 302114/800151
06.01.12.122.046.2045.0020.339039900	Dotação: 302045/805284

§ 1º. As despesas decorrentes deste procedimento licitatório e subsequente contratação, no exercício de 2014, correrão à conta das dotações orçamentárias pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO: contratação de empresa jornalística com grande circulação diária no estado (de segunda à sexta-feira), para prestação de serviços de publicações relativas a processos licitatórios do município, com base no valor de centímetro/coluna em página indeterminada, conforme Termo de Referência - Anexo I, que é parte integrante e indismembrável do edital, assim distribuído:

Item	Descrição	Quant. (cm/coluna)	R\$ unitário (cm/coluna)	R\$ total (cm/coluna)
01	Prestação de serviços de publicações relativas a processos licitatórios do município.	4.150	R\$ 6,30	R\$ 26.145,00

CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO: O CONTRATADO, na execução do objeto licitado, deverá observar:

- o contratado deverá enviar a matéria publicada, no dia da publicação, para a CONTRATANTE, através de um exemplar do jornal;
- o contratado deverá publicar toda a matéria enviada pelo contratante até às 15h 30min do dia anterior ao da publicação;
- a matéria destinada à publicação, será remetida pelo contratante através de correio eletrônico (e-mail) e/ou por escrito através de fax;
- o licitante contratado deverá publicar expressamente o material enviado pelo Município, de forma a reproduzir integralmente os textos remetidos, em tamanho especificado;
- executará os serviços atendendo, taxativa e rigorosamente, as determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da CONTRATANTE, no curso da prestação dos serviços, objetivando a



Município de Campo Bom

Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

adequada execução dos mesmos;

- f) obedecerá toda a solicitação e informação exarada pela CONTRATANTE;
- g) prestará os serviços empregando a melhor técnica aplicável ao caso, devendo fazer uso de profissionais qualificados, responsabilizando-se pela correta execução dos mesmos, e por tudo o que se fizer necessário para a perfeita realização do objeto, bem como observar todas as normas e cautelas legais e administrativas atinentes;
- h) substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;
- i) obediência estrita aos termos do edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO: O preço total ajustado pela execução dos serviços descritos na cláusula terceira é de R\$ 26.145,00 (vinte e seis mil cento e quarenta e cinco reais), sendo o valor unitário centímetro/coluna conforme discriminado acima na CLÁUSULA TERCEIRA, e se constitui no preço líquido, já computados tributos, fretes, transporte, encargos sociais e trabalhistas, e taxas regulamentares.

§ 1º. O preço proposto pelos serviços somente será passível de reajuste decorrido um ano da contratação, tomando-se então como base para o mesmo, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, fornecido pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 2º. Enquanto não for divulgado o número do índice correspondente ao mês do reajustamento, a atualização monetária será calculada de acordo com o último índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar.

CLÁUSULA SEXTA - FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da contraprestação devida dar-se-á em até 30 (trinta) dias, na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal, na conformidade de pagamentos do Município, mediante a apresentação, pela licitante contratada:

- a) da pertinente nota fiscal de serviço, devidamente visados pelo Serviço de Fiscalização do Município;
- b) dos comprovantes de pagamento de salários e de recolhimento das contribuições fundiárias relativas aos empregados utilizados na prestação dos serviços;
- c) se for o caso da retenção prevista no item GARANTIAS, da guia necessária ao recolhimento do percentual de 11% (onze por cento), a ser retido a título de contribuição previdenciária, acrescida, se for o caso, da alíquota de contribuição previdenciária adicional, para fins de aposentadoria especial, devidamente preenchida, sob pena de não receber o pagamento pretendido até que a apresente, sem que tal gere para o Município qualquer encargo moratório;
- d) do relatório para fins de retenção da contribuição previdenciária adicional para financiamento da aposentadoria especial do segurado (Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 e alterações subsequentes), conforme modelo que se constitui no Anexo à este instrumento, devidamente preenchido, e firmado pelo representante legal.

§ 1º Tendo sido impostas penalidades à licitante contratada, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já sejam objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido. Em caso de pagamentos mensais, observar-se-á o limite mensal de desconto igual a 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

§ 2º Não haverá antecipações de pagamentos devidos.

§ 3º O pagamento poderá ser suspenso, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas, e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

- a) desatada qualquer determinação do Serviço de Fiscalização do Município;



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- b) retardada injustificadamente a prestação de serviços;
- c) havendo infração à condição ou obrigação estabelecida no edital licitatório, no contrato e/ou seus aditivos, ou na proposta apresentada;
- d) sendo constatada informação equivocada ou inverídica constante do relatório para fins de retenção da contribuição previdenciária adicional para financiamento da aposentadoria especial dos empregados da CONTRATADA.

§ 4º Ocorrendo o previsto na *alínea d* do § 3º, a CONTRATADA terá descontado do próximo pagamento que lhe for devido, ou das garantias fornecidas do cumprimento do ajuste, o numerário necessário ao recolhimento das eventuais diferenças de retenção, devidas e não realizadas, para repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, incluindo multas, juros e correção monetária então incidentes.

§ 5º À CONTRATADA é expressamente vedado negociar, efetuar a cobrança ou o desconto de títulos cambiariformes acaso emitidos em decorrência deste ajuste, seja na rede bancária, seja com terceiros, posto que permitida somente a cobrança simples e direta, na Tesouraria do CONTRATANTE.

§ 6º O preço proposto não será passível de qualquer reajuste.

§ 7º O pagamento feito pelo CONTRATANTE não isenta o CONTRATADO de responsabilidades, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO: O prazo contratual será de **12 (doze) meses** contados da data especificada na autorização para o início dos serviços, conforme solicitação da municipalidade; podendo ser prorrogado, observadas as limitações legais, a critério exclusivo do Município em havendo justificado motivo, mediante regular aditivo contratual, conforme necessidades da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES: O contratado responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despendar em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

§ 1º - O contratado responsabilizar-se-á ainda:

- a) executar o objeto licitado conforme especificações do edital, Termo de Referência, Anexo I, e em consonância com a proposta de preços;
- b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- d) arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- e) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato, ou da nota de empenho;
- f) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO: O CONTRATANTE designará servidor seu, ou terceiro devidamente habilitado a tanto, para acompanhar a execução dos serviços e verificar a respectiva correção.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

§ 1º - A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições contratuais e no pregão postas, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução dos serviços.

§ 2º - Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: Ao CONTRATADO, pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no artigo 87 da Lei de Licitações, isolada ou cumulativamente, sendo que para tais fins é desde logo definido que constituindo-se em multa, corresponderá:

- a) Advertência.
- b) Multa no valor de até 10% (dez por cento) do valor do valor do contrato.
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Campo Bom, pelo prazo de até 5(cinco) anos).
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§ 1º - As Solicitações, Notificações serão enviados ao CONTRATANTE, conforme dispõe o item 10.3. do edital. As respostas de Solicitações, poderão ser enviadas pela CONTRATADA para o mesmo e-mail que efetuou a Solicitação, e as respostas às Notificações ou os Recursos deverão ser protocolados no Protocolo Geral do Município.

§ 2º - A CONTRATADA designa o endereço eletrônico (jornalcidades@jornalcidades.com.br) para que a contratante possa realizar eventuais Pedidos de Informações, Comunicações, Intimações e Notificações sobre a execução contratual, obrigando-se a manter informada a CONTRATANTE de quando houver alteração do endereço eletrônico.

§ 3º - Na imposição de penalidades observar-se-á a gravidade da infração, assegurado ao CONTRATANTE, em qualquer caso, direito de recurso.

§ 4º - A imposição de penalidades não impede a concomitante rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO: Constituem motivos para a rescisão contratual, os aplicáveis ao caso, previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, decorrendo as consequências referidas no artigo 80 do mesmo diploma, sem prejuízo de eventuais sanções acaso impostas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS GARANTIAS: Não são exigidas garantias do cumprimento do ajuste.

§ 1º: Em garantia da elisão da responsabilidade solidária do Município pelas contribuições previdenciárias devidas pelo (a) CONTRATADO(A), em razão dos serviços objeto deste ajuste - responsabilidade esta prevista no artigo 31 da Lei Federal n. 8.212/91, e no parágrafo 2º. do artigo 71 da Lei Federal n. 8.666/93 -, será procedida, conforme orientado pelas Instruções Normativas RFB nº 971/2009 e alterações subsequentes, a retenção e o recolhimento do percentual de 11% (onze por cento), acrescido, se for o caso, do percentual de 4%, 3% ou 2%, caso o (a) CONTRATADO(A) desenvolva atividades em condições especiais, que exponham os respectivos empregados a riscos prejudiciais à respectiva saúde e/ou integridade física, permitindo aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição, incidente sobre o valor total das notas fiscais representativas do preço dos serviços, apresentadas pelo (a) CONTRATADO (A).

§ 2º: O CONTRATADO (A) que esteja obrigado a fornecer material ou dispor de equipamentos próprios ou de terceiros indispensáveis à execução do serviço, cujos valores estejam estabelecidos contratualmente, sendo as parcelas correspondentes discriminadas também na nota fiscal representativa do preço dos serviços, terá tais valores liberados da retenção. Não se admitirá, em qualquer caso, que o valor relativo aos serviços seja inferior a 50% do valor bruto



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

da nota fiscal.

§ 3º: O CONTRATADO (A) estará dispensada da retenção quando:

- o valor correspondente a onze por cento dos serviços contidos em cada nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços for inferior ao limite mínimo estabelecido pela SRP para recolhimento em documento de arrecadação;
- comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, não possuir empregados, e os serviços forem prestados, pessoalmente, pelo titular ou sócio da empresa, e o faturamento do mês anterior for igual ou inferior a duas vezes o limite máximo do salário de contribuição;
- comprovar, mediante declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, ou através de consignação do fato na nota fiscal, na fatura, ou no recibo de prestação de serviços, que a contratação envolveu somente serviços profissionais relativos ao exercício de profissão regulamentada por legislação federal, ou serviços de treinamento e ensino, desde que prestados pessoalmente pelos sócios, sem concurso de empregados ou outros contribuinte individuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO: O CONTRATADO obriga-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram a sua contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CESSÃO: Este contrato e/ou quaisquer direitos dele decorrentes, não pode ser cedido e/ou transferido pelo CONTRATADO a terceiros, total ou parcialmente, sem a expressa e escrita autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: Constatando a Municipalidade ter havido algum equívoco na quantidade dos serviços, objeto deste procedimento, tal não implicando alteração superior a 25% (vinte e cinco por cento) das bases atuais, reivindicará a complementação ou diminuição na execução dos serviços, com a manutenção do preço originalmente proposto em caso de acréscimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INÍCIO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser iniciados pela licitante contratada, na data especificada na autorização para o início dos serviços, conforme solicitação da municipalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO: Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Campo Bom – RS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS: Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subsequentes, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

Por estarem assim acertados, firmam este instrumento em quatro vias de igual teor e forma, ante testemunhas, para que dele decorram os efeitos jurídicos necessários.

Campo Bom, 31 de julho de 2013.

FAISAL MOTHOKARAM,
Prefeito Municipal.

Therese de Andrade Ribeiro
EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA.
Contratada.

TESTEMUNHAS: *Paulo Cesar*

Paulo Cesar
Responsável Técnico: Paulo Cesar Antunes Magalhães
OAB/RS 56.421



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO AO CONTRATO **AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS**
MODELO DE RELATÓRIO PARA OS FINS DE RETENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
ADICIONAL PARA FINANCIAMENTO DA APOSENTADORIA ESPECIAL DO SEGURADO (RFB nº 971,
de 13 de novembro de 2009) **RELAÇÃO PRESENCIAL Nº 002/13**

EMPRESA
Processo Licitatório
Objeto licitado

Espécies de atividades insalubres/perigosas/penosas a serem desenvolvidas pelos empregados da licitante	Nome dos empregados utilizados em cada atividade	Nº e série da CTPS dos empregados utilizados	Valor mensal da contraprestação de cada empregado	Percentual de retenção em cada caso (4%, 3% ou 2%), conforme o lapso temporal necessário à aposentadoria (25 anos, 20 anos ou 15 anos)

Espécies de atividades desenvolvidas pelos prestadores de serviços autônomos contratados pela licitante	Nome dos prestadores de serviços utilizados em cada atividade	Nº do alvará de autônomo de cada prestador de serviço	Município expedidor do alvará de autônomo do prestador de serviços	Valor mensal da contraprestação de cada prestador de serviços

Data	
Representante legal da licitante	
Assinatura do representante legal	
Contador responsável pela licitante	
Assinatura do contador	



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/13

OBJETO: contratação de empresa jornalística com grande circulação diária no estado (de segunda à sexta-feira), para prestação de serviços de publicações relativas a processos licitatórios do município, com base no valor de centímetro/coluna em página indeterminada, conforme Anexo I – Termo de Referência.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses;

FORMA DE PAGAMENTO: mensal;

EMPRESA CONTRATADA: EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA;

CNPJ: 00.512.930/0001-24;

ENDEREÇO: Rua: Olavo Bilac, nº 435, Porto Alegre/RS;

TELEFONE/FAX: (051) 3221-8633; (051) 3213-1310

O Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, autoriza o início dos serviços referentes ao objeto acima citado, a partir do dia 01/08/2013.

Campo Bom, 31 de julho de 2013.

FAISAL MOTHICI KARAM,
Prefeito Municipal.